

ARAUTOS DA DEMOCRACIA NO PÓS-ESTADO NOVO¹.

ZÉLIA DE OLIVEIRA GOMINHO*.

“Diga, papai, diga o que é democracia”, insistiu a filha de sete anos de Melchiades Montenegro. Ele já havia fingido pegar no sono para se “descartar do aperto”, mas não teve outro jeito se não enfrentar a situação, pois a mulher atenta à conversa podia interpelá-lo: “Como é que você, sendo do diretório do Partido Democrata Cristão, confessa que não sabe o que é democracia?”. Melchiades tentou simplificar a explicação para a filha:

Por isso limitei-me a dizer que Democracia é uma cousa tão boa, tão decente e honesta que Getúlio, Prestes e Agamenon fazem tudo para acabar com ela. Também perguntei a minha inocente interlocutora: “Você não quer bem a seus pais, a seus irmãozinhos, a sua professora, aos seus colegas, aos criados da casa? Você nunca enredou de ninguém? Nunca mentiu pra fazer mal? Nunca furtou nada? Nunca maltratou galinhas, os pássaros, o cachorro, o gato? Você tem pena dos pobres, brinca com os meninos humildes, deseja que os outros sejam felizes? É capaz de tirar o último tostão do mealheiro para dar ao mendigo? Responde com sinceridade e satisfação a pessoa que lhe pergunta onde fica a casa de seu fulano? Na igreja, cede o lugar à velhinha trêmula que chegou atrasada? Já deu algum brinquedo dos seus à menina da lavadeira?” A tudo ela respondeu satisfatoriamente. Então dei-lhe um beijo e disse: ‘Minha filhinha, você sabe o que é democracia. Você é uma “democrata.” (MONTENEGRO, 1947).

O relato é do próprio autor em artigo no Jornal Pequeno de dezembro de 1947. Melchiades Montenegro evitou se referir às problemáticas da política institucional dos governos ao responder à filha, mas, para o leitor do jornal, revelava suas referências positivas e negativas de democracia: a monarquia inglesa e a república paraguaia², respectivamente. Ao aproximar a democracia do universo cotidiano da garotinha, o publicista se inspirava na doutrina cristã, base ética do seu partido. Assim sendo, a Democracia seria fazer o bem sem olhar a quem, seria demonstrar boa educação e generosidade, principalmente, aos pobres e humildes, assim como, também envolveria respeito e obediência às regras e etiquetas sociais.

O Partido Democrático Cristão se fundamentava no conceito de democracia formulado por Toniolo, na Encíclica “Graves de comunis”, do Papa Leão XIII, em que se estabeleciam duas finalidades essenciais, frutos da “cooperação proporcional das forças organizadas” em sociedade: uma primária, o bem comum, e outra derivada, “o bem particular das classes

*Doutora em História (UFPE/2011); Prof.^a da Rede Municipal de Ensino do Recife e da Faculdade Estácio.

¹ Este texto é um dos subtítulos de minha tese de doutorado: Cidade Vermelha: A Experiência Democrática no Pós-Estado Novo. Recife, 1945-1955. Recife, PPG-História/ UFPE, 2011. P. 89-100.

² A República do Paraguai estava sob domínio ditatorial e enfrentava uma guerra civil que favoreceu o Partido Colorado. Partido que se manteve no poder até 20 de abril de 2008; quando foi eleito Fernando Armindo Lugo de Méndez, bispo emérito, pela Aliança Patriótica pela Mudança, coligação de partidos de centro-esquerda.

menos favorecidas”, não importando o regime político, “desde que respeite a dignidade e a liberdade humana e lhe não anule os direitos essenciais e inconfundíveis” (BEZERRA, 1945).

Melchíades Montenegro colocava a democracia como um aspecto importante da boa convivência social, mas, apesar de não adentrar em questões específicas de política partidária, não deixou de dizer que Getúlio, Prestes e Agamenon trabalhavam contra a democracia, portanto, seriam antidemocráticos, e tão pouco decentes e honestos.

Democrático era o Exército Brasileiro, que depôs Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Segundo Assis Chateaubriand, em 1888 o Exército recusou-se a pegar escravos fugidos e...

Em 1945 encontramos-lo esplêndido de vigor moral e de altivez recusando-se a caçar os brancos para repô-los nas senzalas do Estado Novo. É um exército democrata de coração, capaz de defender nas horas críticas os negros contra a eternidade da senzala do corpo e os brancos contra a eternidade da escravidão da alma. (CHATEAUBRIAND, 1945)

Para quem viveu ou aprendeu sobre as décadas de sessenta e setenta da história do Brasil, e, principalmente, sentiu de perto a opressão da ditadura militar, não é nada fácil conjugar Exército com Democracia. Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930, permaneceu em 1937 com decisivo apoio militar, e deixou o governo pelas mesmas mãos. À semelhança de um casamento, o General Góis Monteiro esteve junto a Getúlio tanto nas alegrias, quanto nas tristezas, sempre zeloso pela ordem. O fortalecimento das relações de Vargas com as camadas populares, a quem tratava como trabalhadores, a ponto de poder contar com o apoio de comunistas e socialistas, culminou a separação. Mas, os elos tecidos por Getúlio com os trabalhadores, durante quinze anos, acabaram por contribuir para a eleição do General Eurico Dutra.

Por outro lado, é possível apontar similaridades sobre o que Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes pensavam a respeito de liberdade democrática. Vargas e Prestes não formulavam um ideal abstrato, restrito a um poder de escolha, mas extremamente relacionado a condições dignas de vida. Em julho de 1945, Getúlio ao discursar para o povo em Santos, São Paulo, havia afirmado: “De nada serve a liberdade para passar fome. A democracia é, sem dúvida, o regime ideal para os povos a que não falta preparo físico, saúde e alimentação

farta”. No mesmo período, Prestes, palestrando para professores cariocas sobre o apoio à redemocratização, afirmou:

[...] a democracia se deve construir de baixo para cima e baseada, portanto, na soma das correntes políticas em harmonia. Quanto à alfabetização, disse Prestes que é impossível levar-se a mesma adiante sem antes tirar o povo da miséria. O problema liga-se aos nossos recursos econômicos e, especialmente, aos agropecuários. (Folha da Manhã. 1945)

De maneira geral, o ideal democrático estava vinculado a uma ideia de liberdade percebida como poder de expressão, associação, circulação e escolha, mas Vargas e Prestes acrescentavam algo mais: independência econômica, poder de consumo, justiça social, condições de sobrevivência, educação. Ambos colocavam a satisfação das necessidades físicas à frente dos desejos intelectuais e políticos. O Brigadeiro Eduardo Gomes, por seu lado, também não fugiu desse esquema de liberdade no discurso proferido em comício no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, no dia 16 de junho de 1945. Mas, no sentido inverso. No discurso, Eduardo Gomes afirmava que da “recuperação definitiva da liberdade” dependia a solução de todos os outros problemas...

[...] complexos e relevantes, que dizem respeito à ordem econômica e à justiça social, como fórmulas de evolução para consagrar o princípio igualitário. A liberdade, a que me refiro, é a que resulta do conceito de dignidade da pessoa humana; concerne, antes do mais à questão social: a impossibilidade de pagar ao trabalhador o salário merecido, se o camponês ou fazendeiro não tira os recursos a isso necessários, porque o lucro, em sua maior parte, passa indevidamente aos intermediários, os quais enriquecem enquanto os produtores se endividam. Dignificando o trabalho, valorizaremos o homem; edificaremos a nossa riqueza sobre alicerces morais indestrutíveis, como os da justiça continuamente aperfeiçoada no ritmo crescente da civilização.[...] Para a solução do problema institucional e dos problemas econômicos e administrativos, que havemos de examinar em próximas oportunidades desta memorável campanha – reafirmemos, senhores, a nossa indefectível confiança nas virtudes do voto livre. Só o sufrágio liberto de constrangimentos de qualquer espécie, diretos ou indiretos, permitirá que o futuro governo seja, em verdade, o governo do povo. [...] (Jornal Pequeno, 1945.)

Na compreensão de Eduardo Gomes e seus partidários, o futuro democrático e econômico do Brasil dependia da liberdade de votar, do direito do povo compor eletivamente o seu governo. Liberdade constrangida, naquele momento, pela presença de Getúlio Vargas no poder.

Contudo, as possíveis manobras de continuidade de Vargas no governo do país foram logradas. E Chateaubriand pode invocar a lembrança de um ato de insubordinação do Exército no passado – a recusa em caçar escravos fugidos - para exemplificar a força da corporação militar, que, a seu ver, naquele momento, estava a serviço do direito à liberdade.

A comparação do período ditatorial com o tempo das senzalas era uma constante nos discursos em prol da democracia e liberdade do país. Segundo Gilberto Freyre, o processo de redemocratização do Brasil, ainda em tempo de pressões para a deposição de Vargas, era uma “nova campanha abolicionista” (FREYRE, set/ 1945). O movimento vivido no tempo do Império era percebido como uma “aventura democrática”; quando partidos, intelectuais e massa popular se empenharam pela libertação dos escravos. Aventura que, como ressaltava Freyre no artigo em foco, se repetia em 1945 também com a colaboração importante de mulheres pernambucanas.

No passado, senhoras da sociedade pernambucana venderam suas joias e promoveram “espetáculos abolicionistas no [teatro] Santa Izabel”, para com os recursos alforriar cativos. Decorridos quase sessenta anos da Lei Áurea, em reunião na sede da UDN, mulheres montavam organização para por fim à “Ditadura Vargas – Magalhães – Muller” e favorecer a vitória de Eduardo Gomes. Contudo, apesar de Gilberto Freyre louvar a iniciativa dessas pernambucanas pela democracia no Brasil, e prestar sua homenagem às abolicionistas do passado, não acreditava “que a ação das mulheres de Pernambuco [precisasse] neste decisivo ano de 45 de ir além do intenso esforço eleitoral”. Para ele, não seria necessário que elas seguissem o exemplo das “bravas mulheres de Tejucupapo”.

Com a alegação de que “Somos todos tão interdependentes neste mundo [...] que qualquer pretensão a independência ou suficiência absoluta da parte de uma nação, de um sexo, de uma geração ou de uma região soa hoje um tanto ridícula.” (FREYRE, set/ 1945), nos deparamos com os limites do ser democrático de Gilberto Freyre, que dizia se encolher quando ouvia se falar com ênfase em “autonomia da mulher”.

Sou dos que pensam talvez um tanto arcaicamente que a principal função da mulher continua a ser a de dona de casa, esposa, mãe, filha, irmã, isto é, uma função antes de inspiradora e colaboradora do homem do que de sua rival por meio de uma autonomia arrogante e talvez falsa nos seus fundamentos ou de uma suficiência enfática e talvez artificial em suas “razões biológicas”. (FREYRE, set/ 1945)

E Freyre reconhecia que estava sendo arcaico, ou melhor, no seu dizer, “semi-arcaico”. Percebia “com desencanto os excessos no sentido de indiferenciação que vão artificialmente igualando as funções dos dois sexos em países como os Estados Unidos, com evidente prejuízo para a criação dos filhos e para o preparo doméstico dos doces e dos guisados” (FREYRE, set/ 1945). E para atenuar a má impressão, afinal o artigo era para aplaudir a iniciativa das mulheres em se organizar contra a ditadura, afirmou: “Creio que lhe toca também participar a seu modo da vida pública e intervir a seu jeito nas lutas políticas do seu país” (FREYRE, set/ 1945). “A seu modo”, “a seu jeito”, não da maneira dos homens. O ato de votar, possivelmente, não tomaria tanto tempo à mulher a ponto de a criança acordar, do doce desandar e do guisado queimar...

E em comício no Teatro Santa Isabel, Gilberto Freyre afirmava que incluiria a igualdade de raça ao texto do programa da Liga Eleitoral Católica, de São Paulo, que Alceu de Amoroso Lima e o frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz dissertaram, e em que conceituaram uma “democracia trabalhista”. Nesse documento, citado no discurso, se encontrava a defesa de uma cultura que permitisse a todas as classes sociais uma educação completa e igualdade econômica entre ricos e pobres, com participação efetiva dos trabalhadores nos lucros e “até, aos poucos, na direção das empresas econômicas”. Freyre, na ocasião, se defendia daqueles que procuravam nas suas afirmações a postura comunista, o que enfaticamente em vários artigos no Diário de Pernambuco dizia não ser, preferia ser compreendido como um socialista, assim, defendia uma democracia “efetivamente” social.

Pois não haverá democracia completa nas suas bases no país em que os pretos e pardos não nasçam com os mesmos direitos dos brancos; as mulheres, com as mesmas oportunidades, dos homens, reconhecidos apenas os limites que impõem as mães os cuidados com os filhos; os pobres com os mesmos direitos dos ricos os evangelistas, os israelitas, o catolicismo policial, o catolicismo a serviço exclusivo da burguesia, endinheirada, não é senão uma caricatura de catolicismo; não o cristianismo essencialmente democrático proletário, trabalhista pregado pelo Cristo, filho de carpinteiro e, apesar de intelectual, e santo amigo de pescadores e de pecadores. Não o cristianismo que as grandes vozes dominicanas, franciscanas, carmelitas, pregam hoje por toda parte e a toda a criatura. Assim caminhamos para 2 de Dezembro, meus amigos, meus companheiros, meus irmãos estudantes – batendo-nos por uma democracia que vá às raízes da nossa vida em vez de permanecer em soluções jurídicas ou mesmo sociológicas, de imperiação [sic]. [grifo nosso] (FREYRE, nov/ 1945)

Gilberto Freyre reconhecia a necessidade de se oferecer oportunidades iguais para homens e mulheres, mas, ainda dentro dos limites do ser mãe e de não afetar os cuidados com os filhos. O autor contestava o domínio da Igreja Católica Apostólica Romana na sociedade; percebia nessa instituição, e nas suas ordens, um desvio dos verdadeiros propósitos cristãos, que reconhecia como democráticos e proletários em suas origens.

A democracia, entretanto, esbarrava na concepção de muitos líderes políticos, particularmente envolvidos na campanha pelo Brigadeiro e por Dutra, de que os brasileiros ainda não apresentavam condições de exercerem plenamente sua liberdade. Desses, alguns se restringiam a uma compreensão liberal de democracia pautada no direito individual à propriedade e no regime da livre concorrência: deixar fazer, deixar ir. Outros entendiam que a miséria e o analfabetismo impediam o desenvolvimento da autonomia, o que sugeria um deficiente exercício da cidadania. Para Olívio Montenegro³ a “verdadeira democracia” era “um sistema cultural que desse aos indivíduos todos os meios possíveis de expressão política, econômica e social” (MONTENEGRO, O. out/ 1945), expressões que, para ele, se interpenetravam. Dizia ele em artigo:

O direito de liberdade que é uma ficção da lei não importa; o que na realidade importa é a faculdade do ponto de vista biológico e social que tenha o indivíduo de exercer a sua liberdade – a liberdade de pensamento e de crítica; e do ponto de vista político, a liberdade que o define membro nato de uma comunidade, que é a liberdade de voto, liberdade que, entre muitos povos existe mais no papel do que no homem⁴. (MONTENEGRO, O. out/ 1945)

Observando as condições de pobreza, miséria e analfabetismo que “abafam a voz” do povo brasileiro, Olívio Montenegro considerava que o direito de voto no Brasil “por mais extenso e gloriosamente exprimido que ele seja em face da lei, nunca tem a validade nem a eficiência do que é atribuído ao homem dos Estados Unidos ou da Inglaterra” (MONTENEGRO, O. out/ 1945). Porque, no Brasil, segundo ele, enquanto a propriedade e a riqueza fossem “a principal fonte de todo o poder, e o fim único de todo o homem” e as oportunidades de cultura fossem privilégio das classes mais favorecidas, a vida política seria

³ Olívio Bezerra Montenegro nasceu em Alagoinha, Paraíba, em 1896, e morreu no Recife em 1962. Formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi juiz municipal e promotor. Lecionou no Ginásio Pernambucano e na Faculdade de Filosofia do Recife. Também foi crítico literário, escritor, historiador e jornalista da época. Disponível em: www.literaturabrasileira.ufsc.br Acesso em 01 jun 2010.

uma “caricatura irrisória de democracia, um carnaval a grande estilo, com mascaras de todos os feitios e despistamentos de todos os cinismos”. O autor comparava com as recentes eleições da Inglaterra, da época, quando a esquerda trabalhista derrotara os conservadores liderados por Churchill. A expectativa era que a atuação de Winston Churchill na guerra repercutisse em votos, no entanto, o resultado aparentemente surpreendia muitos brasileiros, e os articulistas do Diário de Pernambuco procuravam esclarecer a situação inglesa chamando a atenção para o sistema democrático vigente na Inglaterra, e para o significado dessa vitória dos trabalhistas no contexto do pós-guerra - como um alerta para os políticos brasileiros.

Olívio Montenegro ressaltava a diferença entre a democracia inglesa e a brasileira: os ingleses votavam pelas ideias dos candidatos, que circulavam impressas, portanto “onde facilmente e a qualquer momento o eleitor é capaz de verificar pelo que eles defendem em doutrina o que seriam capazes de realizar em ação”. Nesse sentido, Olívio procurava despertar os líderes partidários, “inteligência mais esclarecida do que outros”, para que não perdessem “o contato com a realidade humana do país”, pois, a seu ver, “todo poder é fascistamente ditatorial” quando começa a confundir os seus interesses de poder, com os do partido e os da coletividade, “mesmo os de uma coletividade semimorta como a nossa”. E concluía meio que profetizando:

Porque essa coletividade semimorta pelo analfabetismo, pela doença, pela miséria ela há de surgir um dia para a vida a que tem direito, e o dia das reivindicações coletivas é sempre um dia de juízo final para todos os que experimentam fazer da pátria a sua feira de vaidades, e das situações do poder o seu grande negócio.
(MONTENEGRO, O. out/ 1945)

A “coletividade semimorta” não estava, contudo, tão apática assim. O professor Olívio não incluía, diretamente na sua análise, o histórico movimento operário, que, embora subjugado durante o Estado Novo, já demonstrava indícios de que ressurgiria das cinzas, mesmo pela receptividade ao Partido Comunista novamente na legalidade. O resultado das urnas de dois de dezembro de 1945 expressava uma crescente opinião livre dos laços paternos do Estado. Situação percebida pelo General Góis Monteiro, que conclamou para que UDN, PSD e PTB esquecessem as divergências e promovesse uma fusão, um bloco coeso no Congresso: “Na opinião do General Góis, o país marcha para a esquerda e deveria haver uma

aproximação dos valores de todas correntes para a organização de um partido mais consistente com base trabalhista e não puramente política” (Diário de Pernambuco, dez/ 1945).

Base trabalhista. A aproximação com as camadas populares, de modo a oferecer-lhes espaço controlado de expressão dentro dos partidos e das instituições políticas, havia se tornado critério necessário para a sobrevivência e permanência no poder dos partidos defensores dos interesses dos grupos sociais burgueses e proprietários. Pluralidade de partidos significava interesses diversos, ou seja, disputas e divergências, que, no entendimento do General, só facilitariam a implantação do regime parlamentarista, que não era desejado.

Para os comunistas, mais precisamente, para o deputado Leivas Otero, em 1947, “o povo só poderá educar-se democraticamente exercitando todos os seus direitos”. A afirmativa se fez quando se discutia na Assembleia Legislativa de Pernambuco a necessidade de revista nas pessoas que viessem assistir às sessões, devido os conflitos vividos entre os próprios deputados acompanhados de manifestações acirradas do público presente. Enquanto a Coligação Pernambucana (UDN-PDC-PL) entendia e tentava pressionar que houvesse a revista prevenindo possíveis atentados, Leivas Otero argumentava que os dispositivos de controle da Mesa já eram suficientes e que a revista não garantia nada, pois na própria Câmara do Senado, apesar da segurança, o Senador Getúlio Vargas por pouco não foi atingido por um paralelepípedo; acrescentava ainda que se “alguns deputados muitas vezes se excedem em alguns pontos, é natural que ele [o povo] o faça também”. A Coligação, de maneira indireta, terminou por acusar o PCB de trazer capangas para a assembleia, mas afirmando que também poderia trazer os seus, no que foram interpelados: “E a Coligação tem capangas?” (Folha do Povo, agosto/ 1947).

“Querem proibir o povo de pensar.”, afirmava, em 1947, o, então, deputado federal, e escritor comunista, Jorge Amado, a respeito do anteprojeto de Lei de Segurança Nacional, formulado pelo deputado Costa Neto, em discussão na Câmara. A chamada “Lei Mostra”, segundo Jorge Amado, visava “liquidar a literatura, a arte, a ciência” independentemente de tendência estética, filosófica e religiosa, pois dava margem para que qualquer obra, até mesmo a Bíblia, fosse alvo de processo, condenação do autor e apreensão das edições. A cultura ficaria a mercê dos interesses do governo e em louvar apenas as figuras do passado

consideradas elogiáveis (AMADO, jul/ 1947). A mesma lei atingia a imprensa provocando grande reação, pois assim se redigiu:

Quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa, proceder-se-á sem prejuízo da ação penal competente a apreensão das respectivas edições como instrumento do crime: A incidência na falta determinará até suspensão por quinze dias do órgão, suspensão essa que se poderá repetir de um a seis meses. (Folha do Povo, jul/ 1947)

Reeditava-se o DIP, atualizado como Departamento Nacional de Inteligência (DNI), em plena democracia, ao se colocar a imprensa “sob controle de qualquer ‘tiras’ vagabundos e escrachados, que passarão a farejar nas páginas dos jornais, livros e impressos para descobrir qualquer sombra de ‘democracia’ [...]” (Folha do Povo, jul/ 1947). O direito de opinião, o livre pensar, estava ameaçado por novos, ou melhor, pela permanência de dispositivos de controle que visavam atingir, especialmente, as ideias e os ideais comunistas. Mas, a estratégia de ação da imprensa comunista se fazia em divulgar os efeitos da lei em todos, comunistas ou não. Pois, conforme analisava o deputado estadual comunista Rui Antunes, em discurso na Assembleia de Pernambuco, ao citar Prestes:

O que verificamos na prática é que, ao invés da ditadura resolver os problemas econômicos do nosso povo, com sua ojeriza ao comunismo, com sua mania anticomunista, trouxe a desordem e a desconfiança, agravando, ainda mais, a situação econômica e financeira do país. (PRESTES, cit ANTUNES. Folha do Povo, ago/ 1947)

A ditadura era o governo pretensamente democrático de Dutra. O anticomunismo, na visão comunista, gerava uma desconfiança que obstruía o investimento de capital no país. Assim, o bloqueio do pleno exercício das liberdades democráticas impedia também o desenvolvimento econômico. O progresso do parque fabril significava emprego, distribuição de renda, consumo. A democracia comunista estava intimamente relacionada a um ideal de justiça social no mundo das relações entre capital e trabalho. E, nessa perspectiva, a democracia se revelava na possibilidade e oportunidade de ação, de lutar politicamente, em memória e em nome daqueles que não puderam ou não podiam se expressar...

Moacir [Werneck de Castro] fala [do Deputado] Agostinho [Dias de Oliveira], esse gigante, com a sua voz ferroviária, com o seu poder imenso de povo nas palavras. Isto me faz lembrar as vozes que entraram em meu coração, que vivem em mim, as vozes do velho Gaçaba espedaçado no trabalho; do estivador João de Sales atingido por uma prancha sem que deixasse pão e escola para os filhos; do pescador Aristides que morreu afogado e por isto se perderam no mundo quatro filhas queridas; das velhas e curvas lavadeiras de sessenta anos que não podem mais carregar as grandes trouxas da patroa; dos seringueiros mortos na selva para que se fabriquem pneus destinados aos belos carros de banqueiros; dos homens amarelos e magros espancados nos cárceres escuros porque não queriam deixar as suas terras ocupadas pelos doutores e coronéis; daquele negro, alto e de olhar como brasa, acusado de furto de cinco cruzeiros e condenado a passar fome no xadrez de Gurupá até que confessasse o “crime”. Essas vozes transbordam na voz de Agostinho, voz profunda e colérica, a voz dos quilombos e dos porões dos navios, a voz dos fundos peitos onde os soluços e os protestos se acumulam há séculos e agora avançam e rebentam como os repiquotes de rios de minha terra. E por isso tenhamos fé na batalha dos mandatos. [...] (JURANDIR, Folha do Povo, dez/ 1947)

A democracia para os comunistas era a oportunidade de dizer o que não era agradável ouvir, mostrar que a harmonia social e econômica era inexistente e cobrar a alta dívida social contraída historicamente pelo Estado e pela Sociedade. A incômoda presença desses democratas vermelhos provocou a ira dos partidos conservadores que a todo custo buscaram a cassação de seus mandatos.

Situacionistas ou oposicionistas são partidários de uma mesma fórmula de governo: Democracia, mas, enquanto uns desejam uma Democracia verdadeira, uma Democracia capaz de resolver os problemas de após-guerra, uma Democracia de disciplina e autoridade, outros, os oposicionistas, querem uma Democracia de desrespeito, de desregramento, de anarquia, pois, outra coisa não pode desejar, quem, descendo ao nível mental de desequilibrados e inconsequentes, atacam com “Joias de Calão” nacional, as autoridades constituídas, os inimigos ideológicos e quem quer que seja, que ponha acima dos próprios e mesquinhos interesses particularistas, os supremos interesses da nação. Pela demonstração, quer dos demagogos, quer da imprensa, assistimos estarecidos um partido (?) que nem programa tem, tentar derruir com o emprego de todos os meios, a reputação político-administrativa dos homens que salvaram o Brasil do descalabro econômico, da anarquia social! (SIMÕES, abr./ 1945)

O artigo, provavelmente, se refere a UDN, ainda nos primeiros tempos de 1945, mas o comentário pode se aplicar, em contextos posteriores, às críticas dirigidas ao PCB. Situação que culminou com o empastelamento de diversos jornais em todo o país e com a prisão de vereadores e deputados comunistas. “A liberdade de imprensa está ameaçada em Pernambuco, como em todo país” reafirmava o vereador Aguinaldo Barros Correia, do Partido Social

Progressista (PSP), que trazia à assembleia artigo do deputado Rui Antunes (PCB), publicado no jornal Folha do Povo, sobre as tentativas do Secretário de Segurança Pública em processar o referido jornal⁵. E a ameaça foi concretizada. O Governador Barbosa Lima Sobrinho mandou recolher a tipagem e as barras de linotipo e, segundo o vereador Aguinaldo: “Prenderam todo o pessoal das oficinas, seviciaram-nos brutalmente após o que foram jogados nas enxovias da Detenção.” Até mesmo o Presidente da Câmara Municipal do Recife, o vereador Demócrito Ramos da Silveira (PSP), havia sido preso. (CORREIA, abr. / 1948)

É do conhecimento público que o país está sendo submetido a um regime de terror policial, sem precedentes em nossa história política. Diariamente são presos e torturados pela polícia cidadãos das mais diversas profissões sob a alegação caluniosa de pretenderem subverter a ordem estabelecida na Constituição da República. Que estabelece a Constituição, srs. Vereadores? Estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei; que têm o direito de pensar como melhor entender, de professar a religião e a ideologia política que quiser; estabelece liberdade de pensamento e de livre associação, garante enfim, os direitos conquistados pelo homem no curso de memoráveis lutas pela liberdade. (CORREIA, abr. / 1948)

Igualdade e liberdade, firmados na Carta Magna, eram invocados por comunistas e não comunistas, estes últimos àqueles conscientes da importância da pluralidade de ideias num regime democrático. O vereador Edgar Galvão Raposo (UDN), ao avaliar em discurso os trabalhos da primeira sessão ordinária da Câmara do Recife, considerou que “estava periclitando a democracia em nosso país [...] que a atual situação fosse em parte devida à anomalia de ter cabido o trabalho de recuperação definitiva da liberdade justamente àqueles que no-la tinham roubado.” (RECIFE, mar/ 1948). Galvão Raposo foi um dos que não concordaram com a estratégia de cassar o registro eleitoral do PCB, visto que...

Facilitou-se assim, aos prosélitos do stalinismo o clima sabidamente propício ao desenvolvimento da agitação subterrânea, exercitando-se então, para combatê-los abusos de força que só servem para despertar censuras e criar uma aura de vítimas para a qual se inclina a ingênua alma popular. (RECIFE, mar/ 1948)

O vereador Galvão Raposo, de curto mandato - faleceu em 1949 - estava entre os que acreditavam que se poderiam lançar mão de outros meios para se combater as influências comunistas no país, sem lhes impedir de atuar na arena pública e normatizada das lutas

política. Assim, percebemos que, neste lento e tumultuado processo de aprender a ser democrático, o desafio maior era - e, em certa medida, continua sendo - conviver com o diferente, respeitar a opinião divergente, argumentar com equilíbrio sem ofensas e provocações desnecessárias, assim como, principalmente, deixar de lançar mão da truculência. A violência, ingrediente ativo do tempo dos coronéis, persistia em meio a pretensas práticas democráticas.

Fontes:

AMADO, Jorge. Toda a Cultura Brasileira está Ameaçada. **Folha do Povo**. Recife, 31 de julho de 1947.

BEZERRA, Andrade. Democracia Cristã. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de setembro de 1945.

FREYRE, Gilberto. As mulheres pernambucanas e a nova campanha abolicionista. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1945.

MONTENEGRO, Olívio. Democracia e Amor ao Poder. **Diário de Pernambuco**. Recife, outubro de 1945.

MELO, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de. Democrata de coração. **Diário de Pernambuco**. Recife, 06 de novembro de 1945.

Uma democracia que não seja apenas política. Mas uma efetiva democracia social. O discurso de Gilberto Freyre ao povo pernambucano. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de novembro de 1945.

Regime Parlamentarista. Se não houver uma fusão dos Partidos no Parlamento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de dezembro de 1945.

Folha da Manhã. Recife, 03 de julho de 1945.

Folha da Manhã. Recife, 04 de julho de 1945.

Confio na vitória do povo contra a opressão. **Jornal Pequeno**. Recife, 18 de junho de 1945. 1ª página.

MONTENEGRO, Melchíades. Minha filhinha é democrata. **Jornal Pequeno**. Recife, 06 de novembro de 1947.

Notas e Comentários. Contra a Liberdade de Imprensa. **Folha do Povo**. Recife, 24 de julho de 1947.

O Povo se educa praticando a democracia. **Folha do Povo**. Recife, 06 de agosto de 1947.

JURANDIR, Dalcídio. Não conseguirão calar o povo. **Folha do Povo**. Recife, 05 de dezembro de 1947.

PRESTES, L. Carlos. Citado por ANTUNES, Rui. A lei de “segurança” ameaça não apenas comunistas, mas a toda a nação. **Folha do Povo**. Recife, 09 de agosto de 1947.

RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da Assembleia Ordinária de 18 de março de 1948**. P. 05.

RECIFE, Câmara Municipal do. **Discurso do Vereador Aguinaldo de Barros Correia anexo à Ata da Assembleia Extraordinária de 22 de abril de 1948**.

RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 34ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária, em 29 de março de 1948**. P. 03. [no livro encadernado de atas].

SIMÕES, Aníbal. Democracia. **Revista Atlântida**. Recife, abril de 1945.

www.literaturabrasileira.ufsc.br Acesso em 01 jun 2010.